



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

ATA Nº 12/2015

----- Aos vinte e dois dias do mês de junho do ano dois mil e quinze, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Rio Maior, realizou-se uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Rio Maior, sob a presidência de Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais, estando presentes os Vereadores, Carlos Fernando Frazão Correia, João António Lopes Cadoso, Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo, Carlos Alberto Nazaré Almeida, Daniel Alexandre Pulquério Pinto e Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo. -----

----- Pelas quinze horas e dez minutos, verificando-se a existência de quórum, a Presidente da Câmara deu início aos trabalhos da presente reunião. -----

----- Antecedendo o período antes da ordem do dia propôs a discussão e votação de dois votos de louvor, um à Universidade Sénior de Rio Maior e outro a Paulo José Silva e Sá, que leu (anexo 1 e 2). -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Congratulou-se com a iniciativa da maioria por apresentar os referidos votos de louvor. -----

----- Relativamente ao trabalho desenvolvido pela Universidade Sénior referiu ser sua intenção apresentar o mesmo a quando das comemorações do 6 de novembro, mas considerava que no final do ano letivo também era oportuno. Salientou a importância de reconhecer o mérito de formadores, voluntários e instituições de enquadramento, dado tratar-se de uma instituição que desenvolve um importante trabalho não só para todos os envolvidos, como também para a comunidade. Disse ainda que todo o apoio institucional da Câmara Municipal tem retorno ao nível social, humanitário e cultural.---

----- Quanto ao atleta Paulo Sá opinou que foi notável o quarto lugar obtido e quando o nome de Rio Maior é distinguido por excelentes motivos é sempre de enaltecer.-----

----- VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Sobre o Paulo Sá referiu que nunca é tarde para começar e que esta dimensão do desporto em Rio Maior tem que ser valorizada e estimulada, ou seja a ideia do desporto para todos. Rio Maior tem recursos humanos e o Paulo Sá esteve sempre ligado à atividade desportiva. Espera que seja um estímulo para todos os praticantes de desporto que podem ter na prática desportiva e na atividade física um caminho no desporto para todos, para que Rio Maior possa ser um concelho do desporto e não apenas a cidade do desporto.-----

----- Quanto à Universidade Sénior de Rio Maior opinou ser meritório o trabalho desenvolvido não só na atividade dos saberes, do lazer ou da animação, mas também pela valorização da auto estima e do valor de cada competência e saberes adquiridos ao longo da vida. Salientou ser de extrema importância haver espaços de convívio e de valorização da pessoa humana. Disse ainda ser com muito gosto que votava favoravelmente a proposta apresentada e saudou todos aqueles que permitem que este trabalho se consolide e se vá alargando à comunidade.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Referiu-se à festa de encerramento da Universidade Sénior e salientou que nunca é tarde para aprender e deu o exemplo de pessoas que aprenderam a ler este ano e fizeram questão de ler um texto ou declamar uma poesia. Salientou também a alegria da tuna, cuja animação em cima do palco é contagiante. Referiu ainda que fora convidada pela diretora da Universidade Sénior, Eugénia Reis, para assistir à reunião de final de ano letivo, com todos os professores e a palavra mais repetida nessa reunião foi a palavra gratificante. Aditou que muitos dos professores ainda estão no ativo e têm de ajustar os horários, por vezes em prejuízo da vida particular, para poderem exercer voluntariado. No final da reunião tivera oportunidade de dizer que era extremamente gratificante para os promotores ver um número tão significativo de pessoas envolvidas. Para terminar disse que o voto de louvor foi agora apresentado porque alguns dos formadores, por questões pessoais, poderão não fazer parte do grupo no próximo ano.-----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Sugeriu que fosse dado conhecimento do Voto de Louvor também à Santa Casa da Misericórdia de Rio Maior. -----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Começou por dizer que iria votar favoravelmente as propostas apresentadas e opinou que ambas retratam um aspeto fundamental, ou seja nunca é tarde para

começar, quer ao nível do ensino, quer da prática desportiva. Seguidamente reportou-se à professora Bernardete Maurício, a primeira diretora da Universidade Sénior que fez com que a Universidade fosse conhecida por todos, nomeadamente comunidade, alunos e professores. Opinou ser um trabalho de louvar que é feito com todo o empenho e dedicação e este voto reflete a qualidade do trabalho desenvolvido ao longo de muitos anos. O concelho está de parabéns, pois todos merecem ter este tipo de oportunidade.-----

----- Colocado a votação, o Voto de Louvor à Universidade Sénior de Rio Maior foi **aprovado por unanimidade** dos presentes (anexo 1). -----

----- Colocado a votação, o Voto de Louvor a Paulo José Silva e Sá foi **aprovado por unanimidade** dos presentes (anexo 2). -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **APROVAÇÃO DE ATAS** -----

----- Não foram presentes atas para discussão e aprovação. -----

----- **DISPONIBILIDADES DE TESOURARIA** -----

----- A Câmara tomou conhecimento que as disponibilidades de tesouraria relativas ao dia anterior eram as seguintes: -----

----- Operações Orçamentais: Duzentos e sessenta e quatro mil, trezentos e trinta e um euros e noventa e cinco cêntimos. -----

----- Operações não Orçamentais: duzentos e setenta e um mil, setecentos e onze euros e trinta e quatro cêntimos. -----

----- **ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO** -----

----- **ESTUDO DE EFICIÊNCIA HÍDRICA NOS EDIFÍCIOS E ESPAÇOS PÚBLICOS DA LEZÍRIA DO TEJO** -----

----- **VALORSUL – ENVIO DE ATA Nº 19 DA ASSEMBLEIA GERAL** -----

----- **PROPOSTA DOS DEPUTADOS DO PSD-CDS/PP PARA INSTITUIR O DIA NACIONAL DE GASTRONOMIA** -----

----- **CRIAÇÃO DA INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL, S.A.** -----

----- **ANMP – PARECER SOBRE FATURAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA (IP) E PROVEITO DE CONCESSÃO DA ATIVIDADE DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA EM BAIXA TENSÃO, NA ÁREA DOS MUNICÍPIOS** -----

----- **PCP – APRECIÇÃO PARLAMENTAR AOS DECRETOS – LEI N.º (S) 92, 93 E 94/2015 – CRIAÇÃO DE SISTEMAS MULTIMUNICIPAIS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO --**

----- **MERCADINHO ROMANO** -----

----- **RELATÓRIO SÍNTESE DO GABINETE DE INSERÇÃO PROFISSIONAL (GIP)** -----

----- **RELATÓRIO SÍNTESE DE ATIVIDADES CLDS+** -----

----- ESTATÍSTICAS DO POSTO DE TURISMO – JANEIRO A MAIO DE 2015 -----

----- A Presidente da Câmara apresentou os assuntos para conhecimento de acordo com a documentação e prestou uma breve explicação sobre os mesmos. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO -----

----- Sobre o estudo de eficiência da gestão da água referiu que o trabalho mostra que só nos edifícios adstritos aos municípios se podem poupar cerca de cento e trinta e cinco mil euros, o que significa que a gestão da água, um bem tão precioso, não pode ser feita à moda antiga, mas com valores e com técnicas que possam evidenciar poupança e eficiência relativamente ao consumo. Questionou se a Câmara Municipal pode disponibilizar estudos quanto à eficiência da gestão da água.-----

----- Relativamente à Valorsul afirmou que todos os problemas se vão agudizar, nomeadamente no que respeita à intenção do Governo de retirar aos municípios a sua capacidade maioritária.-----

----- Quanto ao “Dia Nacional da Gastronomia” considerou ser uma ideia positiva instituir como património o dia da gastronomia dado haver uma dieta mediterrânica que poderá ser uma mais valia para o desenvolvimento local e para a melhoria das mais valias, do bem estar e do rendimento das populações.-----

----- Relativamente à redução do IVA na iluminação pública referiu que o Governo se comprometera com os seis por cento o que não se concretizou e o facto de ter aumentado dezassete por cento nesta área significa que são dezassete por cento a menos das receitas que os municípios podem aplicar em benefício das populações. Chamou a atenção para a importância das tomadas de posição sobre esta matéria, pois não se entende porque razão a energia elétrica e a distribuição pagam vinte e três por cento quando sempre pagaram seis por cento.-----

----- No que respeita à apreciação parlamentar do sistema multimunicipal de abastecimento de água e saneamento de Lisboa, disse que isso significava que este Governo não tivera em conta os interesses dos municípios.-----

----- Referiu-se aos dados apresentados sobre o desemprego no concelho e disse que, apesar da redução da taxa de desemprego ser um sinal positivo, salientou que estes números só contemplam os que estão inscritos no Centro de Emprego, mas não se deve esquecer aqueles que saíram do país ou, que, pela nova legislação aplicável, deixaram de ter direito ao subsídio. Disse ainda que o trabalho dos técnicos da Câmara é notável, mas os dados sobre o desemprego são um embuste em Portugal.--

----- Elogiou o CLDS+ e questionou o que estava previsto no projeto “espaço 3 é” mas só o facto de envolver dez mil quinhentas e oito pessoas é de valorizar.-----

----- Relativamente aos dados sobre o turismo, estes permitem verificar a necessidade de acertar pequenos pormenores, pois a maioria dos turistas são das áreas de Lisboa e Leiria o que revela a necessidade de aumentar o índice de atração a nível distrital, pois está com valores relativamente baixos.-----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Congratulou-se com o facto da Senhora Presidente da Câmara apresentar todos estes assuntos para conhecimento e solicitou tolerância na aplicação do regimento pois nestas áreas há matéria que justifica uma intervenção.-----

----- Reportou-se ao estudo da CIMLT sobre a eficiência hídrica e questionou o que é que a Câmara pensa fazer sobre estudos relativos a gestão da água e respetivas perdas, no município de Rio Maior.-----

----- Quanto à Assembleia Geral da Valorsul salientou a importância do documento, opinando que devia ser do conhecimento da Comunicação Social porque ilustra a prepotência com que a EGF trata os municípios e a dificuldade destes em lutar contra determinados interesses instalados.-----

----- Sobre a proposta de instituir o dia “Nacional da Gastronomia” opinou que deve ser devidamente estudada e explorada enquadrando-a com a questão da dieta mediterrânica e com os interesses económicos ligados à alimentação artificial.-----

----- Relativamente à fusão da Estradas de Portugal e da Refer espera que daí resulte uma maior eficiência de gestão para estes setores.-----

----- Assinalou positivamente a resposta dada pela ANMP e opinou que dever ser dado todo o apoio a esta associação de forma a que prossiga s seus objetivos que se refletem na defesa dos municípios e das populações, respetivamente.-----

----- No que respeita ao relatório do GIP reconheceu todo o trabalho desenvolvido e ressaltou que apenas retrata uma parte da realidade, pois não reflete o número de pessoas que emigraram ou que deixaram de reunir as condições para receber o subsídio devido a alterações de legislação.-----

----- Seguidamente congratulou-se com os dados do relatório do CLDS+, onde se verifica a importância que esta estrutura teve em Rio Maior e solicitou à Câmara que fizesse o reconhecimento do trabalho dos técnicos envolvidos e que fosse analisada a possibilidade da sua continuidade.-----

----- Ainda no uso da palavra referiu-se aos dados disponibilizados sobre o turismo e salientou o profissionalismo dos técnicos envolvidos e a importância do setor para Rio Maior, referindo que cinquenta e seis por cento são do distrito de Lisboa, salientando a importância da divulgação de Rio Maior tendo como alvo esta zona envolvente.-----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Começou por se congratular pelos dados disponibilizados sobre o desemprego no concelho de Rio Maior, onde, apesar da crise que o País atravessou, progressivamente, destacou-se daquilo que é a média nacional, o que na sua opinião é extremamente positivo.-----

----- Sobre os estudos de eficiência hídrica considerou-os importantes, mas ressaltou que, subjacente aos mesmos, está a questão do investimento e o município de Rio Maior não tem meios disponíveis para fazer o investimento necessário, para colmatar as perdas de água e reduzir os consumos. Disse ainda que foi apresentada uma candidatura ao Ciclo Urbano da Água em dezembro do ano transato, que ainda não obteve resposta, e que tinha, como um dos objetivos, resolver as situações de Marmeleira e Arco da Memória.-----

----- Sobre a nova empresa que integrou as Águas do Oeste informou que esteve presente numa reunião realizada em Elvas, com representantes de todos os municípios, para abordar este assunto, concluindo que os municípios cada vez são mais marginalizados.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Iniciou a intervenção referindo-se ao relatório do GIP e considerou a importância de dar conhecimento do mesmo, apesar da informação estar constantemente a sofrer alterações, são dados com os quais todos se devem congratular. Compreende as afirmações feitas de que o citado relatório não contempla todas as situações, mas a nível nacional isso também acontece. Salientou que a taxa de desemprego no concelho de Rio Maior é cinquenta por cento da média nacional.-----

----- Sobre o CLDS+ recordou que a Câmara fora convidada pela Segurança Social e pela Secretaria de Estado a apresentar uma entidade de enquadramento que no caso de Rio Maior foi o Centro de Educação Especial "O Ninho". Referiu estarem a acompanhar o desenrolar de todo o processo na tentativa de saber o que irá acontecer a estes projetos, pois os municípios têm sido contemplados alternadamente. Informou que no âmbito do novo quadro comunitário de apoio o modelo será outro, mas o executivo tudo fará para que o projeto tenha continuidade.-----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Questionou sobre o ponto da situação do plano de luta contra incêndios e proteção da floresta.-----

----- Solicitou mais uma vez o relatório da fiscalização sobre a descarga de lavagem de depósitos na Ribeira de S. Gregório, pois os munícipes continuam a perguntar

sobre este assunto.-----

----- Questionou qual a posição da Câmara Municipal face a uma presumível proposta do Ministério da Saúde relativamente à criação do Grupo Hospitalar do Ribatejo, que integraria o hospital de Santarém e os do Médio Tejo. Manifestou preocupação quanto ao possível encerramento das maternidades de Santarém e de Abrantes. Questionou ainda qual a posição tomada pela CIMLT sobre esta matéria.-----

----- Seguidamente referiu o aumento do número de furtos verificados não só em Asseiceira, mesmo no centro da freguesia, como por todo o concelho, com intimidação e valores muito elevados de destruição, questionando o que a Senhora Presidente da Câmara poderia fazer para minorar este problema.-----

----- Terminou a intervenção referindo que passaram dez anos da morte de Álvaro Cunhal e continuam a aguardar o cumprimento da recomendação feita pela Assembleia Municipal.-----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- De novo no uso da palavra referiu a questão da falta de segurança no concelho e opinou que esta matéria justificava uma abordagem conjunta com as Juntas de Freguesia para acertar uma estratégia de pressão sobre o Governo, tendo como objetivo o número de efetivos da GNR, pois no período de maior incidência de fogos florestais estes são chamados a intervir e a parte da vigilância urbana fica mais desprotegida. Sugeriu questionar a ANMP sobre o que as autarquias poderão fazer, no sentido de criar laços de bairrismo e de cultura de práticas desencorajadoras do ataque a pessoas idosas e mais vulneráveis, rentabilizando para isso, por exemplo as novas tecnologias.-----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Sobre os serviços de proteção civil informou que o plano foi preparado de forma idêntica aos anos anteriores e está tudo preparado para fazer face aos problemas que possam surgir nesta área. Disse ainda que o regulamento municipal dos serviços de proteção civil foi aprovado há um ano, o qual permitiu o desenvolvimento de todo um trabalho conducente ao plano municipal de emergência e proteção civil que é fundamental e que ainda não está aprovado não só para Rio Maior como para todos os municípios da CIMLT. Referiu ainda que no próximo ano, e já com todo o processo devidamente concluído possa haver alguns ajustamentos para que tudo corra ainda melhor.-----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Congratulou-se com o êxito das comemorações do Dia Mundial da Criança e também com o sucesso do mercado Romano, acontecimentos que tiveram uma grande adesão de público.-----

----- Sobre os dados relativos ao Turismo informou que os visitantes do distrito de Santarém não constam na documentação disponibilizada e que esta só retrata o número de visitantes que passam pelo Posto de Turismo. Lembrou que a Câmara Municipal ao longo dos anos sempre teve falta de técnicos nesta área, pois para além da Dra. Cristina Vicente, são os estagiários que apoiam nesta área, com total disponibilidade, o que se reflete no número de agradecimentos enviados pelas instituições que visitam o concelho de Rio Maior.-----

----- Informou também que foi aprovada a candidatura para as obras no Pavilhão de Alcobertas.-----

----- Seguidamente reportou-se à Comunicação Social e lamentou uma notícia alarmista publicada no jornal Região de Rio Maior com o título “Prédio sem acesso direto ao saneamento básico” cuja fotografia não dignifica a cidade de Rio Maior e esclareceu tratar-se de uma propriedade privada. Apesar do alerta para a necessidade da referida limpeza, por vezes seria bom que se confirmasse alguma informação sobre a realidade dos factos antes de publicar, atendendo ao bom relacionamento existente com a Câmara Municipal.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Sobre o Conselho Municipal de Segurança referiu que constava da ordem de trabalhos uma recomendação à Assembleia Municipal para iniciar os procedimentos sobre esta matéria. Informou que abordara esta questão com o comandante do Posto da GNR, nomeadamente os diversos assaltos ocorridos em Asseiceira e este opinou que seria bom que houvesse mais efetivos no posto, pois no Verão há necessidade de deslocar efetivos para as zonas onde ocorrem incêndios.-----

----- Quanto á fusão dos Hospitais referiu o que lera na Comunicação Social sobre a reunião com o Secretário de Estado e aditou que na próxima quinta-feira na reunião da CIMLT este assunto seria um dos temas em discussão.-----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Ainda sobre esta questão disse que os autarcas, no Médio Tejo, não aceitaram a posição colocada pelo Secretário de Estado, relativamente às exigências colocadas quanto à criação do Grupo Hospitalar do Ribatejo e referiu que quando o Governo diz que estaria na disposição de deixar cair o processo por falta de vontade dos autarcas deveria dizer que os autarcas não estão dispostos a fazer aquilo que o Governo quer.-

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Em resposta ao Vereador Augusto Figueiredo disse que a sua resposta se mantinha e informou que existem diversas propostas de topónimos e se a atual Comissão de Toponímia entender propor o nome referido, assim será.-----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Disse que gostaria de ter uma resposta por escrito sobre esta situação, para clarificar o assunto e assim partir para outro tipo de iniciativa.-----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Esclareceu que já fora dado conhecimento ao executivo de alguns topónimos e antropónimos atribuídos, nomeadamente no Arco da Memória, Sra. da Luz e Quintão, o que significa que a Comissão de Toponímia está a funcionar. -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Sobre este assunto sugeriu a apresentação de um abaixo assinado dos moradores de uma determinada rua, como forma de pressão. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO I - DESPACHOS AO ABRIGO DO DISPOSTO NO N.º 3 DO ARTIGO 35º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO** -----

----- Não foram presentes despachos para ratificar. -----

----- **PONTO II – 2ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO (AMR) 2015**-----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é submeter à aprovação da Assembleia Municipal, a proposta de Modificação Orçamental – 2ª Revisão ao Orçamento (Receita e Despesa) e às Grandes Opções do Plano (Atividades Mais Relevantes) 2015, e, nos termos da alínea c) do nº 1 do artigo 33º do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Questionou a que correspondia a verba incluída na rubrica “Outros” e questionou também o valor constante da rubrica “Freguesias” que foi reforçada para mil, quinhentos e um euros. -----

----- **CHEFE DA UNIDADE FINANCEIRA, CONTABILIDADE, APROVISIONAMENTO E PATRIMÓNIO** -----

----- Prestou vários esclarecimentos sobre esta matéria, nomeadamente que os citados valores se prendiam com o contrato interadministrativo de delegação de competências na CIMLT e com os Acordos de Execução do ano de dois mil e catorze.-

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO III - CONTAS CONSOLIDADAS ANO DE 2014** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é aprovar os documentos de Prestação de Contas Consolidadas referentes ao ano de 2014, e, nos termos, da alínea i) do n.º 1 do art.º 33 do anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro e do n.º 2 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013 de 03 de Setembro (RFALEI), submetê-los à apreciação e votação da Assembleia Municipal. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Começou por dizer que este documento significava que as contas estão muito próximas do que estava previsto relativamente ao orçamentado, sendo importante começar a dar relevo a outras contas na gestão do município, nomeadamente as da Desmor, da Escola Profissional e Sociedade de Reabilitação Urbana. Disse também que o documento em discussão era particularmente importante para esclarecer aqueles que pensam que a Desmor é subsídio-dependente da Câmara Municipal. Assim passou a salientar o ativo líquido de setecentos e cinquenta e cinco mil euros daquela empresa, bem como o passivo de quatrocentos e setenta e sete mil euros. Relevou ainda que a empresa tem fundos próprios no valor de cerca de trezentos mil euros e um resultado líquido de cinquenta e quatro mil euros. Aditou que, se se quer investir na Desmor e no concelho de Rio Maior, não como cidade do desporto, mas como concelho do desporto, a representação social das instituições que fazem essa ação no terreno não devem ser alvo de detioração da sua imagem, daí a importância do resultado líquido do exercício.-----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Referiu a importância destes documentos que demonstram que as contas consolidadas permanecem idênticas às contas do município o que significa que as outras instituições não têm peso que altere significativamente os valores do exercício.-

----- Reportou-se seguidamente ao prejuízo apresentado no ano anterior pela Depomor e questionou qual o ponto da situação pois sabia da intenção da Câmara em resolver esta situação e que a Assembleia Geral da Depomor não concordara.-----

----- Terminou a intervenção referindo-se à Desmor e opinou que os custos com a água e a energia deviam estar refletidos nestes documentos.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Sobre a Depomor informou que a proposta apresentada pela Câmara Municipal para assumir as suas responsabilidades fora chumbada, pois implicaria que outros

acionistas também tivessem que assumir as suas responsabilidades. Aditou que solicitaram pareceres ao Tribunal de Contas e DGAL sobre esta questão.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO IV - RELATÓRIO TRIMESTRAL DO PAEL** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é remeter à Assembleia Municipal, entidade competente para monitorizar e acompanhar o PAEL, o relatório de acompanhamento referente ao 1.º trimestre de 2015, onde consta o mapa de execução trimestral das medidas previstas no PAF, nos termos do definido na alínea a), do n.º1, do art.º 12.º da Lei 43/2012, de 28 de Agosto. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Referiu ver a situação complicada quer do lado da receita, quer do lado da despesa afirmando que o que poderia contrariar estes dados passaria pelo aumento dos tarifários das águas e saneamento o que a Câmara tem evitado fazer.-----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Disse sempre ter sido contra o PAEL pois embora fosse um plano de apoio à economia local, tem-se verificado ser de um entrave para o Poder Local, revelando-se um plano desajustado para os municípios, incluindo o de Rio Maior. Aditou que também relevava do documento em apreciação uma quebra significativa de receitas, devido não só à diminuição da atividade económica, como também ao rendimento disponível das famílias. Frisou que o PAEL implica um conjunto de exigências, nomeadamente o aumento das taxas, a atualização anual dos tarifários do saneamento básico, água e resíduos sólidos. Disse também tratar-se de um instrumento que o Governo escolheu para retirar aos municípios a sua capacidade de autonomia financeira e administrativa.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Relativamente a este assunto considera desmotivante que os municípios cumpridores dos seus compromissos, como o de Rio Maior, que tem vindo a reduzir despesa e a amortizar dívida num montante de cerca de seis milhões de euros, sejam confrontados com uma legislação que os penaliza, enquanto outros, que ignoraram as recomendações e até aumentaram a dívida, beneficiam de toda esta situação e, mesmo em processo de reequilíbrio financeiro, vivem uma situação diária de gestão de tesouraria muito mais tranquila. Disse ainda que, quer o FAM quer o PAEL foram um balão de oxigénio para algumas autarquias.-----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Esclareceu que apenas considerava que esta prática beneficiava os infratores em detrimento das que cumprem, pois na sua opinião não é justa que as Câmaras que cumpriram sejam penalizadas. Disse ainda estes diplomas deviam ter uma cláusula de salvaguarda para os municípios que cumpriram.-----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Relativamente ao PAEL referiu que este programa foi importante para as Câmaras resolverem alguns dos problemas com que se debatiam, recordando que, para aceder a este apoio financeiro, foi necessário assumir uma série de compromissos e, aqueles que conseguiram gerir equilibradamente, como o município de Rio Maior, agora têm de ser solidários para todos aqueles que não o fizeram.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Ainda sobre esta matéria recordou um programa idêntico em dois mil e oito mas que tinha uma carência de cinco anos, contrariamente ao PAEL em que o pagamento se iniciou no trimestre seguinte.-----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Sobre esta matéria disse que sistematicamente sai legislação que provoca o estrangulamento da capacidade financeira das autarquias e frisou que a autarquia de Rio Maior apesar de ter cumprido todos os compromissos continua a pagar para aqueles que tiveram um comportamento oposto, nomeadamente uma autarquia que agravou a dívida em dezanove milhões de euros e que está numa situação boa, comparando com a de Rio Maior, porque de acordo com a Lei, tem fundos disponíveis. Salientou ainda que a Câmara Municipal de Rio Maior para além de ter reduzido a dívida, fez investimentos em todo o concelho.-----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Acrescentou que o PAEL, para além da indução de dinheiro nas autarquias com dificuldades, representou também retirar cerca de dois mil milhões de euros das receitas que lhe estavam destinadas por via da redução do IRS. Aditou que este programa não tem nenhum objetivo de compensar quem geriu bem e, contrariamente, impõem medidas que, os executivos, queiram ou não, têm de executar.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com uma abstenção do Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo. -----

----- **PONTO V - ACORDO DE PAGAMENTO COM AS ÁGUAS DO OESTE** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é aprovar o acordo de pagamentos em apreço e remeter o assunto à competente apreciação da Assembleia Municipal. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA -----

----- Começou por dizer que os acordos eram para cumprir, mas deviam abranger todas as questões, pois se a Câmara Municipal de Rio Maior deve à empresa, esta também não cumpriu com os compromissos assumidos e essas questões não são tratadas neste acordo e assim a empresa vai defendendo os seus interesses de uma forma leonina. Disse também que o valor da venda da água não chega para pagar à empresa, pois é necessário fazer investimentos significativos na rede, os quais não foram feitos porque se aguardava receita, nomeadamente do Saneamento Básico, o que não se verificou porque as Águas do Oeste não fizeram as estações de tratamento.-----

----- VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO -----

----- Quanto a este assunto disse que a opção pelas Águas do Oeste fora feita com base na confiança daquilo que tinha sido prometido por Decreto-Lei. Aditou que a água, que é um bem público, está, cada vez mais, sujeita a uma política de taxaço sobre o consumidor, mas que não se reflete no investimento, pois a rede foi-lhes entregue sem salvaguardar o que era preciso fazer. Disse também que os valores faturados estão muito acima daquilo que é cobrado, pois não é tido em conta as perdas do sistema, água fornecida e não cobrada, entre outras situaçoes.-----

----- Aditou não estar contra a posicao do município e frisou a necessidade de reduzir as perdas e as sua origens, melhorar o estado e a conservacao das redes, combater a subfacturacao e realizar obras com vista ao fim das fugas dos reservatórios. Ao nível da gestão da rede tem de ser feito o combate às perdas no tratamento e na bombagem e a adaptacao de politicas de combate às ligacoes diretas e ramais clandestinos e ainda a necessidade de regulamentos de combate às avarias nos marcos de incendio e não utilizar água potável para regas.-----

----- Disse ainda que as Águas do Oeste não fizeram investimento nem resolveram os problemas da rede, daí a necessidade de renegociar todo o processo, pois se fosse gestão da CDU já teriam avançado com o processo para Tribunal. Referiu também que o Grupo Águas de Portugal visa servir-se da água pública para fazer monopólio financeiro. A Câmara deve cumprir os compromissos mas exigir que a empresa também os cumpra. Indicou o sentido de voto como abstenção.-----

----- PRESIDENTE DA CÂMARA -----

----- Ainda sobre esta matéria teceu diversas considerações e prestou os esclarecimentos solicitados.-----

----- VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA -----

----- De novo no uso da palavra referiu que o que estava em discussão era o acordo de pagamento com as Águas do Oeste e indicou o sentido de voto como abstenção, pois considera uma prepotência a forma como o mesmo está redigido, sendo uma forma humilhante de tratar os municípios. Disse ainda que, a água, enquanto bem público, deve ter um preço igual para todos.-----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Começou por fazer o enquadramento de todo o processo e disse que houve compromissos assumidos pelas Águas do Oeste que nunca foram cumpridos, nomeadamente a questão das estações de tratamento que continua por resolver. Sobre as perdas de água, isso acontece em baixa. Em alta o que acontece é a infiltração das águas da chuva que entram no sistema e passam pelas ETAR's. Aditou que ao longo dos anos não se investiu nesta área, por opção ou por falta de verbas, com exceção, para a zona da cidade onde foi feita a reabilitação urbana. -----

----- Quanto ao acordo opinou que o mesmo deve ser cumprido e referiu ainda que nunca se verificou união entre os Municípios do Oeste para, conjuntamente, interpor um processo contra as Águas do Oeste.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com três abstenções dos Vereadores Carlos Alberto Nazaré Almeida, Daniel Alexandre Pulquério Pinto e Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo. -----

----- (O Vereador João António Lopes Candoso ausentou-se da sala durante a discussão e votação do ponto VI por estar impedido de votar.) -----

----- **PONTO VI – REDUÇÃO DE GARANTIA BANCÁRIA - DEPOMOR** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é autorizar a redução da garantia bancária n.º 2539.002024.393, constituída como caução do pagamento previsto na escritura de compra e venda n.º 10/2008, de 07.10.2008, passando a mesma a garantir um valor, até 144.777,82€, respeitante à prestação em falta acrescida da correspondente atualização financeira. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Relativamente a este assunto questionou como vai ser no próximo ano.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Prestou os esclarecimentos solicitados pelo Vereador Augusto Figueiredo.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- (O Vereador João António Lopes Candoso voltou à sala.) -----

----- PONTO VII – RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DAS COMPETÊNCIAS TRANSFERIDAS PARA AS JUNTAS/UNIÕES DE FREGUESIAS POR ACORDO DE EXECUÇÃO NO ANO DE 2014 -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submeter à Assembleia Municipal, para efeitos de apreciação, os relatórios de avaliação das competências transferidas para as Juntas/União de Freguesias por acordos de execução celebrados no ano de 2014.-----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO -----

----- Na sua opinião este documento não apresenta, do ponto de vista político a descrição das dificuldades que a própria Câmara teve, dado a diminuição das receitas e também o facto de só ter pago em dois mil e quinze.-----

----- VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA -----

-----Referiu que o Executivo cumpriu os compromissos assumidos e espera que no corrente ano se consiga proceder da mesma forma.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- PONTO VIII – APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO DO PERÍODO DE DISCUSSÃO PÚBLICA E PARECER EMITIDO PELO INSTITUTO DA HABITAÇÃO E DA REABILITAÇÃO URBANA RELATIVOS AO PROJETO DE OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA REFERENTE ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA 1 DE RIO MAIOR -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é submeter para deliberação da Assembleia Municipal a Operação de Reabilitação Urbana – ARU 1 de Rio Maior, nos termos do n.º 1 do artigo 17.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, conjugado com alínea ccc) do nº1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 setembro. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA -----

----- Disse que apesar da falta de contributo do público congratulava-se com o trabalho desenvolvido na divulgação pública do documento.-----

----- VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA -----

----- Informou que houve dois municípios que solicitaram vistoria dos prédios para serem integrados no processo de reabilitação. Disse ainda que a autarquia vai publicitar ainda mais todo este processo na tentativa de que haja uma maior adesão por parte dos municípios.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO IX – APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO DO PERÍODO DE DISCUSSÃO PÚBLICA E PARECER EMITIDO PELO INSTITUTO DA HABITAÇÃO E DA REABILITAÇÃO URBANA RELATIVOS AO PROJETO DE OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA REFERENTE ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA 2 DE RIO MAIOR** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é submeter para deliberação da Assembleia Municipal a Operação de Reabilitação Urbana – ARU 2 de Rio Maior, nos termos do n.º 1 do artigo 17.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, conjugado com alínea ccc) do nº1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 setembro. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO X – AUTORIZAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DE CONTRATO INTERADMINISTRATIVO PARA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR NA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA LEZÍRIA DO TEJO, NA ÁREA DA REABILITAÇÃO URBANA** --

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é submeter à Assembleia Municipal para deliberação o Contrato Interadministrativo para delegação de competências da Câmara Municipal de Rio Maior na Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, na área da reabilitação urbana e a assunção dos respetivos compromissos para o ano de 2015 e anos seguintes, para os efeitos ali previstos, nos termos do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25º e alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33º ambos do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, e da alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Disse tratar-se de um documento bem fundamentado e apoiado em pareceres jurídicos, no entanto manifestou preocupação pelo facto da atual lei que tutela os municípios ser de tal modo permissiva que estes vão perdendo autonomia progressivamente. Indicou o sentido de voto como favorável, mas opinou que a forma agilizada de resolver estas questões poderá contribuir para a degradação ainda maior, do Poder Local. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Quanto a este assunto disse ser mais uma das situações onde a autonomia do

Poder Local e o que está consignado na Constituição é apenas palavra escrita. Disse ainda que iria votar contra, porque defende a regionalização e também porque considera que as Comunidades Intermunicipais começam a ser plataformas logísticas para grades negócios e toda a relação de proximidade das autarquias face ao desenvolvimento local fica em risco. -----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Referiu que esta pequena delegação de competências foi muito trabalhada e melhorada, tendo em conta a proposta inicial da CIMLT. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com um voto contra do Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo. -----

----- **PONTO XI – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA REALIZAÇÃO DE TRANSPORTES ESCOLARES – CIRCUITOS ESPECIAIS ESCOLARES - ANO LETIVO 2015/2016 – PROCESSO Nº 17/2015/CP – INTENÇÃO DE ADJUDICAÇÃO** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é proceder à adjudicação dos serviços em referência à empresa Rodoviária do Tejo, S.A., pelo montante de € 191.431,50, bem como aprovar a minuta de contrato a celebrar. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com uma abstenção do Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo. -----

----- **PONTO XII - DESISTÊNCIA DO SERVIÇO DE APOIO À FAMÍLIA – ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E APOIO À FAMÍLIA – ACERTO DE VALOR A PAGAR** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é autorizar o acerto do valor a pagar de acordo com o requerimento apresentado. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO XIII - VISTORIA DE SALUBRIDADE, EM LARGO DOS COMBATENTES, EM NOME DE FREGUESIA DE RIO MAIOR - PROCESSO Nº99837/2014** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é notificar o proprietário do prédio degradado, sito em Largo dos Combatentes em Rio Maior, para, no prazo de 90 dias, proceder a obras de recuperação/conservação ou de demolição, limpeza do terreno e colocação de tapumes adequados ao local, informando que os trabalhos de

demolição estão sujeitos a controlo prévio camarário e só poderão ser realizados mediante apresentação do respetivo pedido. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO XIV - VISTORIA DE SALUBRIDADE, EM LARGO DOS COMBATENTES, FREGUESIA DE RIO MAIOR, EM NOME DE JOSÉ ANTÓNIO FINO SANTOS – PROCESSO 83/2015** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é notificar o proprietário do prédio degradado, sito em Largo dos Combatentes em Rio Maior, para, no prazo de 90 dias, proceder a demolição total do prédio e limpeza do terreno, informando que os trabalhos de demolição estão sujeitos a controlo prévio camarário e só poderão ser realizados mediante apresentação do respetivo pedido. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO XV - DEGRADAÇÃO DE PRÉDIO SITO NA AV. PAULO VI, FREGUESIA DE RIO MAIOR – PROCESSO Nº 99129/2014** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é notificar o proprietário do prédio sito em Av. Paulo VI, nº 10, Freguesia de Rio Maior para, no prazo de 30 dias, proceder as obras de reparação do edifício. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO XVI - CERTIDÃO DE VIABILIDADE PARA EFEITOS DO Nº 3, DO ARTº 37º CIMI, PARCELA B, EM ABUM, FREGUESIA DE RIO MAIOR, EM NOME DE JOAQUIM FILIPE DE JESUS HENRIQUES PEREIRA – PROCESSO Nº 77/2015** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é que existe viabilidade construtiva para a parcela B, resultante de escritura de divisão de uma parcela sobrando do prédio inscrito na matriz predial sob o art.º 68 da secção AX da freguesia de Rio Maior, respeitante à reclamação cadastral com o n.º 38/2013. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- Ponto XVII - Acordo de Cooperação entre o Município de Rio Maior e a Câmara Municipal de Bissau -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é aprovar a minuta de Acordo de Cooperação a celebrar entre o Município de Rio Maior e a Câmara Municipal de Bissau e submeter o referido Acordo de Cooperação à Assembleia Municipal para conhecimento. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO -----

----- Relevou positivamente a proposta apresentada e considerou ser um caminho que devia ser mais explorado no âmbito das capacidades instaladas no Concelho de Rio Maior, a todos os níveis, pois potencializar a internacionalização é um caminho muito importante não só para a Europa, mas particularmente para os PALOP. Aditou que são muitas as oportunidades que surgem, com a valorização do município de Rio Maior no estrangeiro, possibilitando também, não só a nível empresarial, estabelecer protocolos com vista ao desenvolvimento local. -----

----- VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA -----

----- Relevou a importância destes protocolos e disse que o mesmo irá ser benéfico para ambas as partes, salientando a questão da formação autárquica. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- Ponto XVIII - Elaboração e aprovação do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, apresentar a proposta à Assembleia Municipal no sentido de se iniciarem os procedimentos tendentes à elaboração e aprovação do Conselho Municipal de Segurança. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO -----

----- Indicou o sentido de voto como favorável e congratulou-se com o início dos procedimentos dado tratar-se de uma competência da Assembleia Municipal. Salientou a importância de envolver a comunidade e as instituições que a representam, pois muitos dos problemas resolver-se-iam com uma brigada de polícia de proximidade. -----

----- VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA -----

----- Quanto a esta matéria sugeriu que a Câmara acompanhasse o processo e disponibilizasse meios técnicos e humanos para que a Assembleia Municipal possa dar andamento ao assunto.-----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Informou que os Conselhos Municipais de Segurança estão definidos por Lei e assumiu o compromisso de acompanhar todo o processo.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Disse que o Conselho Municipal de Segurança é presidido pela Presidente da Câmara.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Nos termos do n.º 5 do artigo 27º do Regimento de Funcionamento da Câmara Municipal, propôs a aprovação em minuta dos assuntos aprovados na presente reunião. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- **SENHOR JOÃO NARCISO VERDE DA COSTA – VALE DE ÓBIDOS – RIO MAIOR** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Questionou o Executivo Municipal sobre uma nova disposição dos marcos, verificada numa propriedade dos herdeiros de Daniel da Torre.-----

----- Congratulou-se com a retirada do entulho dos terrenos da Mina do Espadanal.----

----- Reportou-se ao cemitério municipal e lamentou o estado de abandono em que se encontrava o talhão das crianças, assim como a parte mais antiga do cemitério, pois nem todos os munícipes se preocupam em alindar a zona envolvente das campas.----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA**-----

----- Informou que a Câmara não alterara a disposição dos marcos, apenas retirou alguns que se encontravam dispersos e vai tentar vedar o acesso à Mina do Espadanal, pois é um terreno do domínio privado da autarquia.-----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Quanto às questões apresentadas sobre o cemitério municipal disse tratar-se de uma área muito sensível, tornando-se difícil que o pessoal afeto aquele serviço o queira assumir na sua totalidade. Quanto ao talhão das crianças informou que a Câmara vai continuar a tentar melhorar aquele espaço. Relativamente aos talhões perpétuos referiu que a sua preservação cabia aos privados.-----

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- Quando eram dezassete horas e cinquenta minutos, a Presidente da Câmara

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 22 DE JUNHO DE 2015

Municipal deu por encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual, e para constar, se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos e a presente ata que vai ser apresentada na reunião seguinte para aprovação global, assinada pela Presidente da Câmara e por mim, Maria da Luz Carreira Farelo, Coordenadora Técnica, que a redigi.

A PRESIDENTE DA CÂMARA: _____

A COORDENADORA TÉCNICA: _____

